

# As bases sociais das novas centrais sindicais brasileiras

ANDRÉIA GALVÃO, PAULA MARCELINO E PATRÍCIA VIEIRA TRÓPIA  
*Curitiba: Appris, 2015, 293p.*

*José Dari Krein\**

O livro é uma referência para quem estuda sindicalismo por trazer dados empíricos inéditos sobre as bases sociais das centrais sindicais brasileiras formadas após a lei de reconhecimento das centrais editada pelo governo Lula em 2008: a UGT (União Geral dos Trabalhadores), a CTB (Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil), a Intersindical e a CSP-Conlutas. Os dados foram obtidos pelas autoras por intermédio de uma extensa pesquisa quantitativa que aplicou mais de 3 mil questionários junto aos delegados de seis congressos sindicais de nível nacional. O livro suscita muitas possibilidades de análise dada a riqueza da pesquisa empírica e da forma como ele está estruturado. Discute a reconfiguração do sindicalismo brasileiro, a reorganização da esquerda sindical e compara o perfil socioeconômico e político das bases sociais das diferentes centrais analisadas, evidenciando semelhanças, mas também diferenças marcantes, e sugerindo hipóteses sobre a relação desse perfil com a orientação política de cada central.

## I

A pesquisa apresenta: (1) a composição e as características das bases sociais das centrais; (2) o perfil socioeconômico e político dos delegados que participam dos congressos nacionais que definem os rumos das entidades e (3) a percepção desses delegados sobre a agenda política e sindical do país.

---

\* Professor do Instituto de Economia da Unicamp. E-mail: darikrein@gmail.com.

O livro mostra que a análise da plataforma reivindicativa e da orientação política das centrais não passa somente pela análise da concepção de suas lideranças. Essas posições e estratégias apresentam uma relação com o perfil socioeconômico de suas bases. Por exemplo, na Intersindical as questões do campo não se destacam na agenda política, o que pode ser aferido pela sua pequena presença no sindicalismo rural. A defesa da meritocracia na CSP-Conlutas pode estar relacionada com a forte presença de servidores públicos qualificados na sua base. A forte presença da CTB no meio rural e no Nordeste mostra um perfil mais próximo do que é a população brasileira. A UGT tem forte presença no setor de serviços e uma composição bastante heterogênea, o que lhe dificulta tomar posições mais claras sobre temas que apresentam tensões no seu interior, como aconteceu na votação da terceirização. Os dados da pesquisa evidenciam que as centrais sindicais de esquerda são, diferentemente das centrais mais conservadoras, próximas dos partidos políticos. Os delegados da CTB manifestam preferência partidária majoritária pelo PCdoB; os delegados da Intersindical, pelo Psol; e os da CSP-Conlutas, pelo PSTU. Já na UGT a preferência partidária é muito dispersa, contemplando partidos de direita, de centro e de centro-esquerda.

Ainda em relação ao perfil dos delegados é possível perceber um envelhecimento das lideranças, mostrando que houve no período analisado (até 2013) uma crescente dificuldade de aglutinar os jovens, com exceção da CSP-Conlutas. A maior presença de jovens (32%) tem relação com a própria definição da central, que se propõe a aglutinar tanto o sindicalismo como movimentos sociais, inclusive com a filiação de entidades estudantis. Na CTB e na UGT os delegados com menos de trinta anos são somente 7%. Há presença significativa de mulheres na Intersindical e na CSP. Na CTB, a maioria (52%) se declara como negros ou pardos, o que é mais próximo do perfil demográfico do país. Em relação à ocupação, a pesquisa mostra a grande importância do funcionalismo público na base da CSP-Conlutas e da Intersindical, com respectivamente 56% e 58% do total. Na UGT, a participação do funcionalismo se reduz a 14%. Abrem-se aqui possibilidades para analisar a relação entre, de um lado, a composição setorial e social e, de outro, a política das centrais.

Os dados apontam, na nossa interpretação, que a perspectiva de uma reforma sindical no curto prazo encontra pequena sustentação entre os delegados das centrais pesquisadas. Em nenhuma central há uma posição hegemônica contra a unicidade sindical e o fim das contribuições compulsórias. O apoio à unicidade e ao imposto sindical é praticamente unânime (próximo de 90%) entre os delegados da UGT e CTB. Talvez, os esforços realizados tenham sido no sentido de adaptação à estrutura oficial, e não do seu rompimento. Parece que os principais agentes do sindicalismo – os dirigentes sindicais – não são favoráveis à superação da atual estrutura corporativa.

O livro mostra que é crescente o número de sindicatos filiados às centrais, o que pode corroborar a hipótese de ser resultante de uma estratégia destas para angariar novos sócios, já que isso possibilita aumento da arrecadação. A maior disputa por base pode estar constituindo um “mercado sindical”, com crescimento

da pulverização de entidades e uma consolidação da atual estrutural oficial. Processo que não tem correspondência com a elevação da sindicalização, que está em queda nos últimos anos.

## II

Outro aspecto evidenciado pelo livro é a discussão sobre a estrutura sindical oficial e sobre a reforma sindical, que chegou a ser perseguida por parcela importante do sindicalismo. O Brasil continua tendo uma estrutura com pilares advindos da herança getulista, em que a unicidade e as contribuições compulsórias são duas de suas características centrais. As tentativas de reformas, desde os anos 1980, não lograram alterações substantivas, apesar de mudanças pontuais terem mexido em aspectos da estrutura, tais como a limitação do poder normativo da Justiça do Trabalho, o fim do juiz classista, o direito de greve, a organização sindical dos servidores públicos, as portarias de regulamentação das contribuições sindicais compulsórias e a lei do reconhecimento das centrais. São aspectos que não alteraram os elementos fundantes do controle do Estado sobre os sindicatos.

Essas mudanças foram redesenhando a estrutura sindical nos últimos anos, entre as quais se destacam: 1) a incorporação na estrutura oficial de entidades que foram construídas a sua margem nos anos 1980/1990, tais como os sindicatos de servidores públicos e entidades paralelas de segundo e terceiro grau (federações e confederações duais), garantindo-lhes o direito de recolher o imposto sindical; 2) um processo acentuado de pulverização de entidades sindicais em todos os níveis; e 3) o surgimento de novas centrais sindicais. Nos anos 2000, o fracasso do Fórum Nacional do Trabalho (FNT), em um contexto de ascensão de um governo próximo ao sindicalismo e de adoção de políticas controversas, deu as condições para criação de novas centrais. O livro analisa as razões do seu surgimento. Por um lado, o governo adota uma política econômica conservadora e apresenta uma agenda de reformas liberalizantes. Por outro lado, a CUT assume uma estratégia de moderação política, provocando a saída de alguns setores para formar novas centrais, tais como o Conlutas (cujo nome atual é CSP-Conlutas) e a Intersindical (que depois se dividiu em duas).

Apesar do fracasso do FNT, houve acordo entre as principais correntes sindicais para criação de uma lei de reconhecimento das centrais, que lhes deu a possibilidade de, desde que preenchessem critérios de representatividade, terem acesso a 10% do imposto sindical dos trabalhadores dos seus sindicatos filiados. A partir desse processo, aliado a outros fatores, surgiram novas centrais, tais como a UGT, criada com a junção de três centrais (CGT, SDD e CAT), e a CTB, que se constitui a partir de uma dissidência da CUT. Aqui está uma grande contribuição do livro, pois supre uma importante lacuna na literatura sobre as novas centrais.

Enfim, além da rica análise quantitativa que possibilita conhecer o perfil das bases sociais das novas centrais sindicais e, por isso, ter um entendimento mais complexo das estratégias adotadas pelas diferentes centrais, o livro permite identificar as tendências mais recentes do sindicalismo brasileiro.

CONSULTE A BIBLIOTECA VIRTUAL DA *CRÍTICA MARXISTA*

<http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista>

# CRÍTICA marxista

**A atualidade da economia política marxista**

Alfredo Saad Filho

**Existe uma burguesia mundial?**

Danilo Enrico Martuscelli

**Editando Marx e Engels**

Pedro Leão da Costa Neto

**Filmando *O Capital***

Fredric Jameson

**O método da economia política**

Karl Marx

# 30